



**DISCURSO DO ALMIRANTE  
CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA ARMADA E  
AUTORIDADE MARÍTIMA NACIONAL  
POR OCASIÃO DA  
CERIMÓNIA DE ENTREGA DO  
PRÉMIO DEFESA NACIONAL E AMBIENTE – 26.<sup>a</sup> EDIÇÃO**

**Alfeite, Escola Naval, 8 de outubro de 2020**

**Senhora Secretária de Estado dos Recursos Humanos e Antigos Combatentes, Excelência,**

**Senhora Secretária de Estado do Ambiente,**

**Distintos Convidados,**

**Minhas Senhoras e meus Senhores,**

A atribuição da 26.<sup>a</sup> edição do Prémio Defesa Nacional e Ambiente constitui um motivo de orgulho e um estímulo que confirmam que a Autoridade Marítima Nacional e a Marinha se encontram no rumo certo para vencer o exigente desafio da sustentabilidade ambiental.

Desde a criação do Prémio Defesa Nacional e Ambiente, em 1993 – que constituiu um marco na consciencialização ambiental das Forças Armadas Portuguesas –, a Marinha e a Autoridade Marítima Nacional têm apresentado regularmente candidaturas, tendo sido contempladas com este prémio em oito ocasiões.

Olhando para o caminho percorrido, podemos afirmar que as candidaturas apresentadas, premiadas ou não, constituem a concretização de uma atitude positiva perante o Ambiente que, desde longa data, a Marinha e a Autoridade Marítima Nacional têm assumido, acompanhando a evolução da estratégia global do Ambiente e perspetivando a salvaguarda dos recursos naturais nos princípios da Defesa Nacional.

**Senhoras Secretárias de Estado,**

**Minhas Senhoras e meus Senhores,**

A candidatura distinguida, a cuja apresentação tivemos já oportunidade de assistir, resulta da iniciativa da Direção-Geral da Autoridade Marítima e da competência técnica da Direção de Faróis, um dos órgãos dependentes da Autoridade Marítima Nacional, que tem por missão manter acesa a luz que guia o navegante e o encaminha em segurança ao porto de abrigo, contribuindo para garantir uma navegação segura nos espaços marítimos sob responsabilidade de Portugal.

Para o efeito, a Direção de Faróis conta com 30 faróis no continente, 16 nos Açores e 7 na Madeira. Entre estes, não posso deixar de destacar os mais meridionais de todos eles: o farol e o farolim que se encontram instalados nas Ilhas Selvagens.

O valor do património natural das Ilhas Selvagens, onde se localiza um dos habitats mais bem preservados do Mundo, é reconhecido desde que, há mais de 40 anos, foi estabelecida a Reserva Natural das Ilhas Selvagens, a qual é delimitada pela batimétrica dos 200 metros e inclui toda a área terrestre das ilhas Selvagem Grande e Selvagem Pequena, bem como de uma série de ilhéus adjacentes, além de toda a área marinha contígua.

A sua remota localização – a mais de 160 milhas náuticas a sueste da ilha da Madeira – proporciona condições únicas em termos de biodiversidade que importa preservar, pelo que integram a Rede Natura 2000, a qual tem como finalidade assegurar a conservação, a longo prazo, das espécies e dos habitats mais ameaçados da Europa.

Correspondendo à percepção da importância deste património, desde há muito que os trabalhos realizados nas Selvagens são marcados pela inovação no âmbito ambiental. A título de exemplo, em 1981, o farolim da Selvagem Grande é substituído por um farol modular alimentado a energia fotovoltaica, constituindo-se como um dos primeiros, em Portugal, a recorrer a esta forma de energia limpa.

Foi neste quadro de profundo respeito pelo ambiente e pelos habitats naturais que foi realizada a capacitação da Estrutura da Autoridade Marítima Nacional nas Ilhas Selvagens, sob coordenação e execução técnica da Direção de Faróis, com a colaboração da Capitania do Porto do Funchal e o apoio da Marinha, da Força Aérea Portuguesa e da Polícia Marítima, bem como de diversas entidades da Região Autónoma da Madeira, designadamente o Instituto das Florestas e Conservação da Natureza.

Desta iniciativa, resultou a edificação no local de um posto marítimo e de novas infraestruturas que se têm revelado de importância significativa na proteção da integridade ambiental da Reserva Natural,

contribuindo para assegurar, de forma permanente, o exercício da Autoridade do Estado em toda a área e orla marítima nesta parcela do território nacional.

O projeto teve em consideração as boas práticas ambientais, com o objetivo de contribuir para a sustentabilidade ambiental e, conseqüentemente, para a diminuição da pegada ecológica. Desta forma, está em consonância com a Diretiva Ambiental para a Defesa Nacional e os seus eixos estratégicos: uma gestão sustentável e equilibrada de recursos naturais e a educação ambiental.

Neste âmbito, gostaria de destacar duas ações paradigmáticas deste projeto, que contribuem para o reconhecimento das Ilhas Selvagens como um dos últimos ecossistemas marinhos intactos do Atlântico Norte.

- No domínio da gestão sustentável e equilibrada de recursos naturais, saliento a especial atenção para a diminuição das emissões de gases com efeito de estufa, através de medidas de eficiência energética e da implementação de fontes de energia renováveis.
- No domínio da educação ambiental, evidencio as ações de formação das equipas que vão prestar serviço nas ilhas, tendo em vista adaptarem os seus hábitos e comportamentos à utilização e consumo equilibrado de energia, de água e de mantimentos.

Hoje, podemos afirmar que a materialização do Posto Marítimo das Ilhas Selvagens, e a subsequente atividade operacional dos seus agentes, em estreita cooperação com a equipa dos Vigilantes da Natureza do Instituto das Florestas e Conservação da Natureza lá sediada, fomentou, de forma inequívoca, o robustecimento do processo de vigilância, proteção e defesa da integridade ambiental desta emblemática Reserva Natural.

**Senhoras Secretárias de Estado,**

**Minhas Senhoras e meus Senhores,**

As Ilhas Selvagens constituem, reconhecidamente, um mar de oportunidades e potencial geoestratégico para Portugal.

A edificação e capacitação da Estrutura da Autoridade Marítima Nacional nas ilhas foi igualmente realizada tendo em vista o reforço da nossa presença e a melhoria das condições de habitabilidade das pessoas que ali prestam serviço, bem como das equipas científicas que trabalham nas ilhas.

Na qualidade de Chefe do Estado-Maior da Armada e Autoridade Marítima Nacional, gostaria, por fim, de salientar o elevado nível de cooperação e articulação que se verifica entre a Autoridade Marítima Nacional, a Marinha, a Força Aérea, o Instituto das Florestas e

Conservação da Natureza, bem como com diversas entidades da Região Autónoma da Madeira, contribuindo decisivamente para que Portugal afirme e assuma a sua soberania sobre as Ilhas Selvagens.

Por este motivo, esta distinção é também partilhada com estas entidades. Bem-hajam!

### **Minhas Senhoras e meus Senhores,**

Antes de concluir, gostaria de partilhar neste fórum que, no âmbito da avaliação periódica das iniciativas estratégicas que complementam a Diretiva Estratégica da Marinha de 2018, está em curso a criação, na Marinha, de um Programa Intersetorial para a Sustentabilidade Ambiental.

Efetivamente, a pandemia da COVID-19 trouxe, para primeiro plano, a necessidade de repensar a relação do Homem com a natureza, incluindo nos aspetos ecológicos e ambientais. Nesse quadro, a Sustentabilidade Ambiental deve constituir uma preocupação de qualquer instituição responsável, que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades.

O reconhecimento da Sustentabilidade Ambiental como um dos grandes desafios estratégicos constitui uma mais-valia no funcionamento da Marinha e um contributo para o Plano Nacional Energia e Clima 2030 e

para o Pacto Ecológico Europeu, que visa alcançar um impacto neutro no clima até 2050.

**Senhora Secretária de Estado dos Recursos Humanos e Antigos Combatentes,**

**Senhora Secretária de Estado do Ambiente,**

**Distintos convidados,**

Estou certo que o projeto de capacitação da Estrutura da Autoridade Marítima Nacional nas Ilhas Selvagens contribui decisivamente para assegurar, de forma permanente, o exercício da Autoridade do Estado na área, fazendo igualmente desta parcela do nosso território um exemplo de boas práticas de sustentabilidade ambiental, tendo em vista a proteção dos seus habitats e biodiversidade.

Termino, reiterando o agradecimento, em nome da Autoridade Marítima Nacional e da Marinha, pela distinção conferida.

Disse.

António Maria Mendes Calado

Almirante